

Demonstrações contábeis

Fundação Dorina Nowill Para Cegos

Em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021



Fundação Dorina Nowill Para Cegos

Demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2022 e 2021

Índice

Relatório dos auditores independentes sobre as Demonstrações contábeis..	3
Balancos patrimoniais	6
Demonstrações do resultado	7
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido.....	8
Demonstrações dos fluxos de caixa	9
Notas explicativas às Demonstrações contábeis	10

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Conselheiros da Fundação Dorina Nowill Para Cegos

São Paulo – SP

Opinião

Examinamos as Demonstrações contábeis da Fundação Dorina Nowill Para Cegos (“Entidade”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as Demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Fundação Dorina Nowill Para Cegos em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e entidades sem fins lucrativos (ITG 2002).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidade do auditor pela auditoria das Demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidade da Administração e da Governança pelas Demonstrações contábeis

A Administração da Entidade é responsável pela elaboração e adequada apresentação das Demonstrações contábeis de acordo com as práticas financeiras adotadas no Brasil e entidades sem fins lucrativos (ITG 2002), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de Demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das Demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade da Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das Demonstrações contábeis a não ser que a Administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das Demonstrações contábeis.

Responsabilidade do auditor pela auditoria das Demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as Demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas Demonstrações contábeis.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional, e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas Demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos e obtivemos evidência de auditoria suficiente e apropriada para fornecer uma base para nossa opinião. O risco de não se detectar uma distorção relevante resultante de fraude é maior que aquele de se detectar uma distorção relevante resultante de erro, uma vez que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou transgressão dos controles internos;
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.
- Avaliamos a adequação das políticas financeiras utilizadas e a razoabilidade das estimativas financeiras e das respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluimos quanto à adequação do uso, pela Entidade, da base contábil de continuidade operacional e, com base na evidência de auditoria obtida, se existe incerteza relevante relacionada com eventos ou condições que podem levantar dúvida significativa quanto à capacidade de continuidade da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas Demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas.

Nossas conclusões se baseiam na evidência de auditoria obtida até a data do seu relatório. Contudo, eventos ou condições futuras podem fazer com que a Entidade interrompa a sua continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das Demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as Demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.



Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 25 de abril de 2023.

Irko Hirashima Auditores Independentes

CRC - 2SP020649

Denison Santos Vieira

Contador CRC - 1SP319963/O-6

Balancos patrimoniais findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

Ativo	Notas Explicativas	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixas - recursos próprios	5(a)	89.929.372	29.262.989
Caixa e equivalentes de caixas - recursos restritos	5(b)	5.131.566	7.463.026
Clientes	6	1.910.931	401.100
Estoques	7	1.317.351	784.951
Despesas antecipadas	8	577.983	100.942
Outros créditos	9	369.316	254.364
		99.236.519	38.267.372
Não circulante			
Títulos e valores Mobiliários	10	42.631.060	-
Depósitos judiciais	12	24.917	24.351
Outros créditos	9 (i)	193.376	193.376
		42.849.353	217.727
Imobilizado e intangíveis			
Imobilizado	11	4.650.270	3.805.669
Intangível	12	592.056	274.902
Bens em comodato		29.120	29.120
		5.271.446	4.109.691
Total do ativo		147.357.318	42.594.790
		<u>2022</u>	<u>2021</u>
Passivo e patrimônio líquido			
Circulante			
Fornecedores		444.354	646.783
Salários e encargos sociais		368.291	585.155
Provisões de férias e encargos	4(g)	656.735	763.181
Convênios, subvenções e leis de incentivo a realizar	16	5.131.566	7.463.026
Projetos próprios a realizar	17	1.531.480	1.704.007
		8.132.426	11.162.152
Não circulante			
Receitas diferidas		625	1.375
Provisão para demandas judiciais	13	1.108.851	1.130.013
Bens em comodato		29.120	29.120
		1.138.596	1.160.508
Patrimônio líquido			
Patrimônio Social	14	30.272.130	29.445.480
Superávit / (Déficit) do exercício	15	107.814.166	826.650
		138.086.296	30.272.130
Total do passivo e patrimônio líquido		147.357.318	42.594.790

As notas explicativas são parte integrantes das Demonstrações contábeis

Demonstrações dos resultados dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

Receitas operacionais	Notas Explicativas	<u>2022</u>	<u>2021</u>
com restrição			
Lei rouanet, Proac e Convênios	16	3.286.886	3.296.115
Projetos patrocinados	17	1.766.147	1.014.630
		5.053.033	4.310.745
sem restrição			
Doações e campanhas	18	107.485.631	6.853.284
Venda de bens e serviços	19	5.967.602	5.537.860
Outras receitas		17.226	200.027
Isenções e renúncia fiscal	20	42.072.265	2.703.243
Trabalho voluntário	21	434.751	398.478
Gratuidades recebidas	22	1.431.838	684.447
		157.409.313	16.377.339
Total das receitas		<u>162.462.346</u>	<u>20.688.084</u>
Despesas operacionais			
com restrição			
Execução de convênios	16	(3.286.886)	(3.296.115)
Desp com projetos patrocinados	17	(1.766.147)	(1.014.630)
		(5.053.033)	(4.310.745)
sem restrição			
Pessoal, encargos e benefícios	25 a	(7.288.491)	(8.693.072)
Despesas administrativas	25 b	(3.232.017)	(2.961.985)
Contrapartida de uso de imóvel	24	(56.777)	(29.774)
Depreciação e amortização	11 e 12	(1.253.405)	(1.020.812)
Isenções e renúncia fiscal	20	(42.072.265)	(2.703.243)
Trabalho voluntário	21	(434.751)	(398.478)
Contrapartida gratuidades recebidas	22	(1.431.838)	(684.447)
		(55.769.544)	(16.491.811)
Total das despesas		<u>(60.822.577)</u>	<u>(20.802.556)</u>
Superávit/(Déficit) antes do resultado financeiro		101.639.769	(114.472)
Resultado financeiro	26	6.174.397	941.122
Superávit/(Déficit) do exercício		<u>107.814.166</u>	<u>826.650</u>

As notas explicativas são parte integrantes das Demonstrações contábeis

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

	Patrimônio Social	Superávit / (Déficit) do exercício	Totais
Saldos em 31 de dezembro de 2021	29.445.480	826.650	30.272.130
Incorporação ao patrimônio social	826.650	(826.650)	-
Superávit do exercício	-	107.814.166	107.814.166
Saldos em 31 de dezembro de 2022	30.272.130	107.814.166	138.086.296

As notas explicativas são parte integrantes das Demonstrações contábeis

Demonstração dos fluxos de caixas findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Superávit / (Déficit) do exercício	107.814.166	826.650
<i>Ajustado por:</i>		
Depreciações e amortizações	1.253.405	998.731
Baixas de depreciação	2.351	1.657
Reversão / Provisão para contingências trabalhistas	(21.162)	(251)
Provisão para obsolescência dos estoques	-	(33.022)
Superávit / (Déficit) do período ajustado	109.048.760	1.793.765
Variação dos ativos		
Clientes	(1.509.831)	(160.127)
Estoques	(532.400)	585.876
Despesas antecipadas	(477.041)	(51.020)
Outros créditos	(114.952)	57.837
Títulos e valores Mobiliários	(42.631.060)	-
Depósitos judiciais	(566)	-
Variação dos passivos		
Fornecedores	(202.429)	51.803
Salários e encargos sociais	(216.864)	56.857
Provisões de férias e encargos	(106.446)	197.022
Convênios, subvenções e leis de incentivo a realizar	(2.331.460)	(993.913)
Projetos próprios a realizar	(172.527)	(679.120)
Outros débitos	(750)	(750)
Fluxo de caixa (consumido) e gerado pelas atividades operacionais	60.752.434	858.230
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Aquisição de imobilizado e intangível	(2.417.511)	(1.124.247)
Fluxo de caixa (consumido) e gerado pelas atividades de investimentos	(2.417.511)	(1.124.247)
(Diminuição) e aumento em caixas e equivalentes de caixas	58.334.923	(266.017)
Saldo inicial de caixas e equivalentes de caixas	36.726.015	36.992.032
Saldo final de caixas e equivalentes de caixas	95.060.938	36.726.015
(Diminuição) e aumento em caixas e equivalentes de caixas	58.334.923	(266.017)

As notas explicativas são parte integrantes das Demonstrações contábeis

Notas explicativas

1. Contexto operacional:

A Fundação Dorina Nowill para Cegos é uma fundação sem fins lucrativos e econômicos, de caráter beneficente de assistência social, com atividade preponderante nas áreas de habilitação e reabilitação da pessoa com deficiência visual, de modo a promover sua integração à vida comunitária, escritura de 11 de março de 1946, registro no 11º Tabelião de São Paulo nº 2650 Livro A6 no registro de PJ do 1º Ofício de Títulos e Documentos. inscrita no CNPJ sob número 60.507.100/0001-30.

A Fundação possui os seguintes certificados:

Utilidade Pública Federal Decreto 40.969 de 15 de fevereiro de 1957, registrada no CNAS conforme processo nº 246212/69;

Portadora de CEBAS conforme Portaria nº203/2017, item 33 de 28 de dezembro de 2017, tendo sido publicada no Diário Oficial da União de 29 de dezembro de 2017, a presente portaria concedeu validade assegurada de 01 de janeiro de 2018 a 31 de dezembro de 2020. Na data de 28/12/2020 foi publicado o deferimento referente a renovação de protocolo 235874.0011026/2020 via Portaria Nº 164, com vigência de 01/01/2021 até 31/12/2023.

De acordo com o artigo 4º de seu estatuto, a Fundação Dorina Nowill para Cegos, observando o princípio da universalidade, tem por objetivo: facilitar a inclusão social de pessoas com deficiência visual, respeitando as necessidades individuais e sociais, por meio de produtos e serviços especializados.

1.2 Efeitos do Covid

O estado pandêmico ainda teve reflexo no início de 2022, a Fundação manteve suas medidas visando a segurança de todos os colaboradores, clientes, voluntários, parceiros e fornecedores em nossa sede, dentre elas:

- Mantivemos o trabalho híbrido;
- Para alguns setores instituímos home office de 100%.
- Mantivemos as campanhas publicitárias internas orientativas aos colaboradores;
- Mantivemos as adequações dos ambientes internos visando o distanciamento social;
- Mantivemos os protocolos específicos para atendimento ao cliente.

Com o controle da pandemia no segundo semestre de 2022, mantivemos algumas medidas:

- Trabalho híbrido;
- Para alguns setores instituímos home office de 100%;
- Monitoramento do funcionário ou familiar que apresentar sintoma de gripe, recomendação de afastamento e realização do teste;
- Disponibilização de kits teste de covid para testar setores onde tivemos algum caso de sintoma do colaborador ou familiar;
- Manutenção do uso de máscaras até dez/22.

2. Apresentação das Demonstrações contábeis:

a) Declaração de conformidade

As Demonstrações contábeis de 2022 da Fundação seguem a Lei nº 11.638/2007 e a Lei nº 11.941/09, que alteraram artigos da Lei nº 6.404/76 em aspectos relativos à elaboração e divulgação das Demonstrações contábeis. As Demonstrações contábeis foram elaboradas em observância às práticas financeiras adotadas no Brasil, características qualitativas da informação contábil, Resolução nº 1.374/11 (NBC TG), que trata da Estrutura Conceitual para a Elaboração e Apresentação das Demonstrações contábeis, Resolução nº 1.376/11 (NBC TG 26), que trata da Apresentação das Demonstrações contábeis e outras Normas emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), em especial a Resolução CFC nº 1.409/12, que aprovou a ITG 2002 R1, que estabelece critérios e procedimentos específicos de avaliação, de reconhecimento das transações e variações patrimoniais, de estruturação das Demonstrações contábeis e as informações mínimas a serem divulgadas em notas explicativas de entidade sem finalidade de lucros e a Lei 12.868/2013.

b) Base de mensuração

As Demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico com exceção aos instrumentos financeiros não derivativos mensurados pelo valor justo por meio do resultado e ativo imobilizado recebido em doação mensurado ao valor justo.

c) Moeda funcional e moeda de apresentação

As Demonstrações contábeis são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Entidade. Todas as informações financeiras apresentadas em real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

d) Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das Demonstrações contábeis de acordo com as normas que exigem que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas financeiras e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas financeiras são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados. As informações sobre incertezas sobre premissas e estimativas que possuam um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo exercício financeiro estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- Nota 6 – Clientes - PECLD
- Nota 11 e 12 - Imobilizado e Intangível – revisão da vida útil e recuperação de imobilizado e intangível
- Nota 13 - Provisões para demandas judiciais

A emissão das Demonstrações contábeis foi aprovada pela Administração em 25 de abril de 2023.

3. Formalidade da escrituração contábil resolução 1.330/11 (NBC ITG 2000):

A Fundação mantém um sistema de escrituração uniforme dos seus atos e fatos administrativos, por meio de processo eletrônico. O registro contábil contém o número de identificação dos lançamentos relacionados ao respectivo documento de origem externa ou interna ou, na sua falta, em elementos que comprovem ou evidenciem fatos e a prática de atos administrativos. As Demonstrações contábeis, incluindo as notas explicativas, elaboradas por disposições legais e estatutárias, serão transcritas na ECD - Escrituração Contábil Digital. A documentação contábil da Fundação é composta por todos os documentos, livros, papéis, registros e outras peças, que apoiam ou compõem a escrituração contábil. A documentação contábil é hábil, revestida das características intrínsecas ou extrínsecas essenciais, definidas na legislação, na técnica-contábil ou aceitas pelos “usos e costumes”. A Fundação mantém em boa ordem a documentação contábil.

4. Principais práticas financeiras adotadas:

a) Caixa e Equivalentes de Caixa:

Conforme determina a Resolução do CFC nº 1.296/10 (NBC –TG 03) – Demonstração do Fluxo de Caixa e Resolução do CFC nº 1.376/11 (NBC TG 26) – Apresentação das Demonstrações contábeis, os valores contabilizados neste subgrupo representam moeda em caixa e depósitos à vista em conta bancária, bem como os recursos que possuem as mesmas características de liquidez de caixa e de disponibilidade imediata ou até 90 (noventa) dias e que estão sujeitos a insignificante risco de mudança de valor.

b) Aplicações de Liquidez Imediata:

As aplicações financeiras estão demonstradas pelos valores originais aplicados, acrescidos dos rendimentos pró-rata até a data do balanço.

c) Ativos circulantes:

As contas a receber de clientes são registradas pelo valor faturado. A provisão para crédito de liquidação duvidosa é constituída pela Administração quando há necessidade de suprir eventuais perdas na realização dos créditos

d) Estoques:

Os estoques são apresentados pelo menor valor entre o custo e o valor líquido realizável. O custo é determinado usando-se o método do custo médio das compras que é inferior aos custos de reposição ou valores de realização.

O valor realizável líquido corresponde ao preço de venda no curso normal dos negócios, menos os custos estimados de conclusão e os custos estimados necessários para a realização da venda.

e) Imobilizado e intangível:

Se apresentam pelo custo de aquisição ou construção. As depreciações são calculadas pelo método linear a taxas anuais que levam em consideração a vida útil estimada daqueles e seu valor residual. A Administração da Fundação entende que a taxa fiscal utilizada pela Receita Federal reflete a vida útil dos bens existentes na Fundação.

f) Provisões:

Uma provisão é reconhecida em decorrência de um evento passado que originou um passivo, sendo provável que um recurso econômico possa ser requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas quando julgadas prováveis e com base nas melhores estimativas do risco envolvido.

g) Prazos:

Os ativos realizáveis e os passivos exigíveis até o encerramento do exercício seguinte são classificados como circulantes.

h) Provisão de Férias e Encargos:

Foram provisionadas com base nos direitos adquiridos pelos empregados até a data do balanço.

i) Instrumentos financeiros - reconhecimento inicial e mensuração subsequente:

Um instrumento financeiro é um contrato que dá origem a um ativo financeiro de uma entidade e a um passivo financeiro ou instrumento patrimonial de outra entidade.

A Fundação Dorina recebeu no exercício de 2022, como parte de um legado, investimentos em Títulos e valores mobiliários (nota 10).

A entidade pode efetuar uma escolha irrevogável no reconhecimento inicial para investimentos específicos em instrumento patrimonial, que de outro modo seriam mensurados ao valor justo por meio do resultado, de apresentar alterações subsequentes no valor justo em outros resultados abrangentes.

A Fundação Dorina no reconhecimento inicial optou por mensurar ao valor justo por meio do resultado.

Os dividendos quando recebidos, serão reconhecidos no resultado.

j) Receitas: A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos futuros serão gerados para a Entidade e quando possa ser mensurada de forma confiável.

- Doações

As receitas de doações são registradas quando do recebimento em função da sua natureza de imprevisibilidade.

- Subvenção e assistência governamentais

As receitas obtidas com a celebração e a execução de convênios de parceria entre Entidades governamentais e a Fundação, são registradas em conta patrimonial específica em atendimento a CPC 07 Subvenção e Assistência Governamentais, e na medida em que as atividades e ações previstas no plano de trabalho são executadas, as receitas são apropriadas no resultado do exercício.

- Venda de bens e serviços

A receita de venda de bens e serviços é reconhecida no resultado quando todos os riscos e benefícios inerentes ao produto são transferidos para o comprador. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa quanto a sua realização.

- Receitas com trabalhos voluntários

As receitas com trabalhos voluntários são mensuradas ao seu valor justo levando-se em consideração os montantes que a Entidade haveria de pagar caso contratasse estes serviços em mercado similar. As receitas com trabalhos voluntários são reconhecidas no resultado do exercício em contrapartida a outras despesas também no resultado do exercício.

k) Estimativas financeiras:

A elaboração das Demonstrações contábeis de acordo com as práticas financeiras adotadas no Brasil requer que a Administração da Fundação use de julgamento na determinação e no registro de estimativas financeiras. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados, em razão de imprecisões inerentes ao processo da sua determinação. A Fundação revisa as estimativas e as premissas pelo menos anualmente.

l) Demonstração do Fluxo de caixa:

A Demonstração do Fluxo de Caixa foi elaborada em conformidade com a Resolução do CFC nº 1.296/10, que aprovou a NBC TG 03 – Demonstração dos Fluxos de Caixa, e de acordo com a Resolução 1.152/2009, que aprovou a NBC TG 13.

m) Recursos com restrição:

As contas identificadas como Recursos com restrição, são valores recebidos, a realizar no exercício seguinte e gastos incorridos no exercício (Receitas e Despesas) oriundos de contratos firmados com órgãos públicos, e são assim identificados (Recurso com restrição), pois a realização desses valores precisa respeitar as condições contidas nos contratos firmados e ainda por força da Resolução do CFC nº 1.409/12.

4.1 Pronunciamentos emitidos, mas que não estavam em vigor em 31 de dezembro de 2022

A Fundação não promoveu mudanças nas políticas contábeis durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

Novos pronunciamentos, interpretações e alterações

A Fundação não adotou, de forma antecipada, nenhum pronunciamento, interpretação ou alteração emitida que ainda não esteja em vigor. As interpretações e alterações que passaram a vigorar no exercício findo em 31 de dezembro de 2022 não geraram impactos significativos nas demonstrações contábeis da Entidade.

5. Caixas e equivalentes de caixa:

a) Recursos sem restrições

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Caixa	2.235	535
Banco conta movimento	85.759	27.014
Aplicações financeiras (i)	89.841.378	29.235.440
	<u>89.929.372</u>	<u>29.262.989</u>

b) Recursos com restrições

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Banco conta movimento	5.070	4.613
Aplicações financeiras (i)	5.126.496	7.458.413
	<u>5.131.566</u>	<u>7.463.026</u>

- (i) As aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão demonstradas pelos valores originais aplicados, acrescidos dos rendimentos pró-rata até a data do balanço.

6. Clientes a receber:

Esta conta é composta dos valores de créditos das transações com cartão de crédito do Outlet e dos Serviços prestados em curto prazo.

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Outlet a receber	5.301	16.279
Mantenedores a receber	-	8.600
Clientes a Receber	1.949.990	420.581
(-) Provisão estimada de crédito com liquidação duvidosa	(44.360)	(44.360)
	<u>1.910.931</u>	<u>401.100</u>

	Outlet	Clientes	Total
A vencer	5.301	1.199.064	1.204.365
Vencidos 0 a 30	-	369.841	369.841
Vencidos 30 a 180	-	337.839	337.839
Vencidos 181 a 360	-	43.246	43.246
	<u>5.301</u>	<u>1.949.990</u>	<u>1.955.291</u>

7. Estoques:

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Matéria prima	278.807	131.352
Material para revenda	128.529	26.111
Outlet	52.606	11.348
Estoque em poder de terceiros	909.246	667.977
Provisão para obsolescência	(51.837)	(51.837)
	<u>1.317.351</u>	<u>784.951</u>

8. Despesas antecipadas:

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Adiantamento Custo PNL D	577.983	-
Adiantamento MODERNA	-	62.942
Adiantamento Teamwork	-	38.000
	<u>577.983</u>	<u>100.942</u>

9. Outros créditos:

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Adiantamento a funcionários	153.661	192.573
Adiantamento a fornecedores	206.745	27.985
Adiantamento de convênio médico	-	31.218
Imposto a recuperar IPI / IRRF (i)	193.376	193.376
Outros contas a receber	8.910	2.588
Total	<u>562.692</u>	<u>447.740</u>
Circulante	369.316	254.364
Não circulante	193.376	193.376

(i) Trata-se de processo de recuperação de IR sobre aplicações financeiras, os assessores jurídicos da Fundação estão acompanhando este processo e aguardando sentença.

10. Títulos e valores Mobiliários:

Ações	Carteira	14/03/2022			31/12/2022		
		Quantidade	Valor Unitário	Valor Total	Valor Unitário	Ganhos /Perdas	Valor Total
Itub3	Ordinária Escritural	344.226	21,52	7.407.744	21,89	127.364	7.535.107
Itub4	Preferencial Escritural	476.447	25,10	11.958.820	25,00	(47.645)	11.911.175
	04465 - Itau Unibanco Holding	820.673		19.366.563		79.719	19.446.282
Itsa3	Ordinária Escritural	890.647	9,97	8.879.751	8,90	(952.992)	7.926.758
Itsa4	Preferencial Escritural	1.613.857	9,86	15.912.630	8,51	(2.178.707)	13.733.923
	00018 - Itau S.A.	2.504.504		24.792.381		(3.131.699)	21.660.681
XPBR31	BDR	18.947	144,72	2.742.010	80,44	(1.217.913)	1.524.097
	00993 - XP Inc	18.947		2.742.010		(1.217.913)	1.524.097
	Ordinária Escritural	9	-	-	-	-	-
	00543 - Telmex Solutions Telec S.A.	9		-		-	-
	Total	3.344.133		46.900.954		(4.269.893)	42.631.060

- (i) Em 14/03/2022 a fundação Dorina recebeu o restante do legado que havia iniciado recebimento no exercício de 2020, parte deste legado foi recebido em ações ordinárias e preferenciais do Itaú Unibanco Holding, Itaú S.A, XP Inc e Telmex Solutions Telec S.A.

A movimentação das ações durante o exercício de 2022, estão apresentadas no quadro acima.

11. Imobilizado:

	Taxa a.a.	2021				2022
		Saldo líquido	Adições	Baixas	Depreciação	Saldo líquido
Imóveis	4%	696.998	-	-	(57.201)	639.797
Móveis e utensílios	10%	113.123	25.600	-	(29.291)	109.432
Máquinas e equipamentos	10%	1.381.336	1.801.362	(2.351)	(773.539)	2.406.808
Matrizes	10%	255.548	-	-	(56.058)	199.490
Benfeitorias	4%	359.618	-	-	-	359.618
Biblioteca	10%	657.149	-	-	(138.154)	518.995
Equipamentos de informática	20%	211.921	182.468	-	(105.806)	288.583
Instalações	10%	2.476	-	-	(2.429)	47
Centro de memórias	4%	127.500	-	-	-	127.500
		3.805.669	2.009.430	(2.351)	(1.162.478)	4.650.270

12. Intangível:

	Taxa a.a.	2021			2022	
		Saldo líquido	Adições	Baixas	Amortização	Saldo líquido
Software e programas	20	274.902	408.081	-	(90.927)	592.056
		274.902	408.081	-	(90.927)	592.056

13. Provisão para demandas judiciais

	<u>Trabalhistas (i)</u>	<u>Cíveis (ii)</u>	<u>Totais</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2021	<u>89.366</u>	<u>1.040.647</u>	<u>1.130.013</u>
Adições	-	-	-
Pagamentos	-	-	-
Reversões	(21.162)	-	(21.162)
Atualização monetária	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2022	<u>68.204</u>	<u>1.040.647</u>	<u>1.108.851</u>

A Fundação é parte envolvida em processos trabalhistas e cíveis, e está discutindo essas questões na esfera judicial, as quais, quando aplicáveis, são amparadas por depósitos judiciais. As provisões para as eventuais perdas decorrentes desses processos são estimadas e atualizadas pela administração e apoio de seus assessores legais.

- (i) A Entidade possui processos de reclamação de estabilidade provisória. O saldo mantido em depósitos judiciais em 31 de dezembro 2022 é de R\$ 24.917 (R\$ 24.351 em 2021).
- (ii) A Fundação foi solicitada a prestar contas de projetos executados no passado (12 anos atrás). Parte desses processos foi classificado como perda provável pelos assessores legais.

Perdas possíveis, não provisionadas no balanço

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021 a Fundação não é mais parte em processos trabalhistas com probabilidade de perda classificados pelos assessores legais como possível.

14. Patrimônio líquido:

O patrimônio líquido é apresentado em valores atualizados e compreende o Patrimônio Social, acrescido do resultado do exercício ocorrido, os bens recebidos através de doações patrimoniais e o ajuste de avaliação patrimonial considerados, enquanto não computados no resultado do exercício em obediência ao regime de competência, as contrapartidas de aumentos ou diminuições de valor atribuído a elementos do ativo e do passivo, em decorrência da sua avaliação e preço de mercado.

15. Resultado do período:

O superávit do exercício, em atendimento aos objetivos estatutários e aos dispositivos legais vigentes a Resolução 1.409/12, que aprovou a ITG 2002 item 15, será incorporado ao Patrimônio Social.

16. Convênios, Subvenções e Leis de Incentivos a Realizar:

Para a contabilização de suas subvenções governamentais e recursos incentivados, a Fundação atendeu a Resolução nº. 1.305 do Conselho Federal de Contabilidade – CFC que aprovou a NBC TG 07 – Subvenção e Assistência Governamentais. São recursos financeiros provenientes de convênios firmados com órgãos governamentais e têm como objetivo principal operacionalizar projetos e atividades pré-determinadas. Periodicamente, a Fundação presta conta de todo o fluxo financeiro e operacional aos órgãos competentes, ficando também toda documentação à disposição para qualquer fiscalização. Os convênios firmados estão de acordo com o estatuto social da Fundação e as despesas de acordo com suas finalidades. A Fundação, para a contabilização de suas subvenções governamentais, atendeu a Resolução CFC nº 1.305/10.

a) FUNDO MUNICIPAL DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE (FUMCAD):

Lei de incentivo que proporciona ao patrocinador/doador a dedução no Imposto de Renda de 1% se pessoa jurídica e 6% pessoa física na declaração em modelo completo.

- **Acervo Literário para jovens**

O projeto tem como objetivo ampliar as possibilidades de acesso de adolescentes com deficiência visual a educação e cultura por meio da ampliação do acervo acessível da Biblioteca Online da Fundação Dorina, que é composta por mais de 4 mil títulos nos formatos acessíveis: Braille, Falado (áudio MP3) e Digital Acessível DAISY e EPUB-3. Para isso, foram editados 50 títulos em formato Falado de literatura – incluindo infanto-juvenis, literatura pré-vestibular, clássicos nacionais, internacionais e best-sellers.

- **Brincar sem Fronteiras: Coleção de jogos recreativos e inclusivos.**

O projeto visa proporcionar que o aprendizado e o brincar de crianças e adolescentes com ou sem deficiência visual sejam inclusivos, por meio da produção e distribuição de 3 kits diferentes para 1.000 escolas dos ensinos: infantil, fundamental e médio, do município de São Paulo, totalizando 21.000 kits de jogos como: tabuleiros, dedoches, cartas, histórias em quadrinhos, entre outros totalmente inclusivos nos formatos acessíveis tinta-braille, áudio e digital.

Como ação complementar, o projeto prevê 10 capacitações para 300 professores da rede pública do município de São Paulo sobre a utilização dos materiais e importância da inclusão de crianças e adolescentes com deficiência visual na escola.

- **Capacitar para Incluir**

O projeto tem como objetivo contribuir para o acesso à educação de crianças e adolescentes (0 a 17 anos) com deficiência visual, por meio da capacitação semipresencial de 240 professores da rede pública de ensino, e produção e distribuição de 1.500 livros nos formatos acessíveis braille + fonte ampliada, digital e áudio a escolas, bibliotecas e diretamente a crianças e adolescentes (0 a 17 anos) com deficiência visual.

- **Vida Plena para crianças e adolescentes com deficiência visual**

O projeto tem como objetivo desenvolver o programa de reabilitação para pessoas com deficiência visual da Fundação Dorina Nowill para Cegos promovendo a autonomia e independência de 292 crianças e adolescentes (0 a 17 anos), cegos e com baixa visão por meio de atendimentos especializados nas áreas de psicologia e supervisão, pedagogia, oftalmologia, serviço social, fisioterapia, terapia ocupacional, orientação e mobilidade, além de atividades em grupo com temáticas multidisciplinares, sempre respeitando os interesses e necessidades de cada cliente e familiar.

Como ação complementar o projeto propiciará orientação a 280 familiares das crianças e adolescentes (0 a 17 anos) atendidos do projeto sobre questões relacionadas à deficiência visual e apoiar para que eles estabeleçam uma relação presente e colaborativa com as crianças e adolescentes (0 a 17 anos);

b) CONSELHO ESTADUAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE (CONDECA)

Lei de incentivo que proporciona ao patrocinador/doador a dedução no Imposto de Renda de 1% se pessoa jurídica e 6% pessoa física na declaração em modelo completo.

- **Despertando a Leitura**

O projeto visa despertar o interesse e a participação de crianças e adolescentes com deficiência visual prol da leitura no Estado de São Paulo, por meio da oferta de 1.300 livros acessíveis distribuídos diretamente aos interessados.

Para garantir que as crianças e adolescentes conheçam a iniciativa, 200 profissionais ligados à leitura e educação participarão de capacitações sobre leitura inclusiva.

- **Rede Estadual de Habilitação e Reabilitação de Crianças e Adolescentes com Deficiência Visual**

O projeto tem como objetivo realizar um mapeamento de locais como organizações sociais, locais de atendimento público à saúde e assistência social, e etc. no Estado de São Paulo que atendam crianças e jovens com deficiência visual nas diversas linhas ligadas à inclusão social como: educação, saúde, inclusão no mercado de trabalho, entre outras, a fim de conhecer o trabalho realizado, suas metodologias, resultados e desafios para identificar possibilidades de encaminhamentos de beneficiados, pautar políticas públicas e criar ações conjuntas futuras.

- **Autonomia e Independência para Crianças e Adolescentes com Deficiência Visual**

O projeto tem como objetivo oferecer um programa completo de habilitação/reabilitação para 200 crianças e adolescentes cegos e com baixa visão e suas famílias, com serviços multidisciplinares especializados como programas de Intervenção precoce, apoio a educação especial, complementação educacional, orientação psicológica a família e escola. Além do desenvolvimento da independência da criança e adolescente e contato afetivo social, a partir de um ambiente que favoreça o convívio social extrafamiliar, ampliando as possibilidades de experiências e de contato consigo, com o outro e com o ambiente que o cerca.

c) LEI ROUANET:

PROGRAMA NACIONAL DE APOIO À CULTURA (PRONAC)

- Pronac 184605 – Leitura em todos os cantos
- Pronac 193330 – Coleção Dorinha pelo Brasil - Inclusão sem barreiras
- Pronac 204759 – Ler para Ser – Literatura como cidadania
- Pronac 223101 – Na Ponta dos Dedos – Livros Acessíveis

Lei de incentivo que proporciona ao patrocinador/doador a dedução no Imposto de Renda de 4%, sobre o valor devido no caso de pessoa jurídica e 6% no caso da pessoa física na declaração em modelo completo. O projeto de captação, através deste incentivo (IR), tem por objetivo proporcionar aos deficientes visuais a leitura de livros no formato acessível (braille/falado/digital) de títulos exigidos em vestibulares, valorização cultural, lazer e outros. Os projetos patrocinados têm proporcionado as pessoas com deficiência visual mais distantes do território nacional a oportunidade de ler títulos atualizados.

d) PROGRAMA DE AÇÃO CULTURAL - PROAC

Lei de incentivo que proporciona ao patrocinador a dedução de até 3% para pessoa jurídica do valor devido do ICMS.

- **Conta um Conto – Contação de histórias para professores - Código 28105**

O projeto tem como objetivo promover a Cultura Popular Brasileira, incentivando a imaginação e a ludicidade de crianças com idades dentre 03 a 06 anos, com e sem deficiência visual, por meio de um conjunto de 12 histórias contadas, que serão gravadas e reproduzidas e distribuídas em um CD com 2.000 exemplares para 1.000 organizações (bibliotecas, escolas públicas e organizações sociais) localizadas no Estado de São Paulo. Adicionalmente, em 10 cidades do estado, o projeto contribuirá com a formação de 300 profissionais (professores, bibliotecários, agentes comunitários, arte-educadores etc.), envolvidos com o público infantil, com o objetivo de instrumentalizá-los, para que possam conhecer técnicas, narrativas de tradição oral, formatos, voz, corpo, elementos cênicos e escolha de repertório, acessibilidade para crianças com deficiência visual que envolvam a contação de histórias.

e) EMENDA PARLAMENTAR

- Modernização do Parque Editorial da Fundação Dorina Nowill para Cegos

O projeto tem como objetivo contribuir para a produção de livros acessíveis para pessoa com deficiência visual.

f) SECRETÁRIA MUNICIPAL DA CULTURA

Subvenção nº 01/2020/SMC processo nº 2002-0.089.371-4 - Produção de 30 títulos em braille e 30 títulos falados, distribuídos para biblioteca Louis Braille do Centro Cultural de São Paulo e para as bibliotecas indicadas pela Coordenadoria do Sistema Municipal de Bibliotecas das Sec. Munic. Da Cultura.

Observação 01: No caso de pessoa física que efetuar a declaração em modelo completo, poderá destinar o total de 6% do imposto de renda devido, sendo possível distribuir esta porcentagem entre: Lei Rouanet, Fundo Municipal da Criança e do Adolescente e Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente não podendo exceder este respectivo limite.

Observação 02: No caso de pessoa jurídica que efetuar patrocínio para os projetos incentivados pelo Fundo Municipal da Criança e do Adolescente e Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente, a dedução de 1% prevista deve ser distribuída entre os órgãos respeitando a respectiva alíquota.

	Saldo em 2021	Repasse	Gastos	Devolução	Saldo em 2022
PRONAC 19 - Coleção Dorina pelo Brasil	999.147	248.025	(1.017.116)	-	230.056
PRONAC / MECENATO	3.404.187	420.248	(395.720)	-	3.428.715
PRONAC 18	189.150	4.515	(120)	(193.545)	-
PRONAC 16 e 17	684.965	78.523	-	(763.488)	-
PRONAS	422.743	9.236	306	(432.285)	-
FUMCAD	370.274	1.229.412	(490.017)	-	1.109.669
PROAC	294.362	21.506	(282.579)	-	33.289
CONDECA	1.083.652	905.146	(956.963)	(792.183)	239.652
PRONAC encerrado aguardando resgate do ministério	11.429	1.161	-	-	12.590
SECULT	3.117	144.840	(144.677)	(3.280)	-
SMPED	-	-	-	77.595	77.595
	7.463.026	3.062.612	(3.286.886)	(2.107.186)	5.131.566

17. Projetos próprios a realizar:

	Saldo em 2021	Repasse	Gastos	Devolução	Saldo em 2022
Instituto OMETTO	39.086	686.418	(264.344)	-	461.160
Fundação Prada	18.070	60.000	(16.606)	-	61.464
Google	1.633.874	140.990	(1.369.939)	-	404.925
Outros Projetos e parcerias	12.977	706.212	(115.258)	-	603.931
	1.704.007	1.593.620	(1.766.147)	-	1.531.480

18. Doações e campanhas:

As doações e campanhas contribuem para a realização dos serviços do atendimento aos deficientes visuais, assim como nos processos de doação de livros não patrocinados.

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Campanhas e eventos (a)	60.214.636	6.145.354
Legado (b) - nota 10	46.900.954	-
Nota fiscal paulista	479.220	552.248
Doação bens	-	535.484
Distribuição Lego Bricks	(604.838)	(455.085)
Donativos em Imobilizado	21.555	8.040
Donativos ao Outlet	474.104	67.243
	<u>107.485.631</u>	<u>6.853.284</u>

(a) Parte do saldo, (R\$ 54.692.539), recebido de legado, em conta corrente, conforme Proc. eletrônico nº 1071820-92.2019.8.26.0100, que tramitou na 5ª Vara da Família e Sucessões do Foro Central da Comarca de São Paulo/SP.

(b) Legado de ações, recebido conforme Proc. eletrônico nº 1071820-92.2019.8.26.0100, que tramitou na 5ª Vara da Família e Sucessões do Foro Central da Comarca de São Paulo/SP.

19. Vendas de bens e serviços:

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Impressão, transcrição e vendas	512.724	329.268
Gravação digital, livro falado	480.275	986.295
Publicações	9.490.929	7.588.259
Consultoria, revisão e audio descrição	830.330	137.510
(-) Custos dos serviços e mercadorias	(5.346.656)	(3.503.472)
	<u>5.967.602</u>	<u>5.537.860</u>

20. Contribuições Sociais – Isenção Usufruída:

Conforme o artigo 29 da Lei nº 12.101/09, entidade beneficente certificada fará jus à isenção do pagamento das contribuições de que tratam os artigos 22 e 23 da Lei no 8.212/91.

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Cota Patronal Previdenciária	1.901.956	1.790.208
Pis s/ Folpag	74.586	70.203
IRPF	26.785.045	227.402
CSLL	9.651.256	90.505
Cofins	3.659.422	524.925
	<u>42.072.265</u>	<u>2.703.243</u>

21. Trabalho Voluntário:

Conforme Resolução nº 1.409/12 que aprovou a ITG 2002 R1 item 19, a Fundação reconhece pelo valor justo da prestação do serviço não remunerado do voluntariado. O valor ora realizado está registrado em conta específica e reconhecida na receita e na despesa no montante de R\$ 434.751 (R\$ 398.478 em 2021).

22. Gratuidades recebidas:

A Fundação reconheceu pelo valor justo da prestação do serviço não remunerado de divulgação em rádio. O valor ora realizado está registrado em conta específica e reconhecida na receita e na despesa.

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Carta capital	261.345	414.024
Lew Lara	619.713	149.346
Antena 1	452.700	-
Atacadista	1.400	-
Gol	78.680	-
CCR / Viamobilidade	18.000	-
Pinheiro Neto	-	38.286
Telecine	-	32.041
IBGC	-	26.550
Real Cestas	-	16.200
Dante	-	8.000
	<u>1.431.838</u>	<u>684.447</u>

23. Assistência Social – Gratuidades concedidas:

Os serviços de assistência social desenvolvidos pela Fundação são atividades de proteção social nas Políticas Nacional de Assistência Social (PNAS), Decreto nº 6.308/07, Resolução do CNAS nº 109/09 e Resolução CNAS nº 16/10, e por esse motivo está inserida no Sistema Único de Assistência Social (SUAS) e, como consequência, por elas regulamentada. A Fundação possui vínculo com a rede SUAS e para isso teve como requisitos:

- I – Prestar serviços, projetos, programas ou benefícios gratuitos, continuados e planejados, sem qualquer discriminação;
- II – Quantificar e qualificar suas atividades de atendimento, assessoramento e defesa e garantia de direitos, de acordo com a Política Nacional de Assistência Social;
- III – Demonstrar potencial para integrar-se à rede sócio assistencial, ofertando o mínimo de 60% da sua capacidade ao SUAS; e
- IV – Disponibilizar esses serviços nos territórios de abrangência dos Centros de Referência da Assistência Social – CRAS.

23.1 - Formalização dos Projetos Sociais:

A Instituição possui registro no Conselho Municipal da Criança e do Adolescente. A Fundação, no desenvolvimento de suas ações socioassistenciais, formaliza em cada Projeto Social: os objetivos deste; origem de recursos; infraestrutura, tipificando os serviços a serem executados (conforme Resolução do CNAS nº 109/09 e Decreto nº 6.308/07); público-alvo; capacidade de atendimento; recursos financeiros utilizados; recursos humanos envolvidos; abrangência territorial e demonstração da forma de participação dos usuários e/ou estratégias que serão utilizadas para essa participação nas etapas de elaboração, execução, avaliação e monitoramento do projeto.

a) Habilitação e Reabilitação de Def. Visuais:

Os programas de habilitação e reabilitação desenvolvidos pelos Serviços Especializados da Fundação Dorina Nowill para Cegos, visam o desenvolvimento pessoal, por meio do incentivo à aprendizagem, à adaptação social, a orientação às famílias, às escolas e às empresas, com o objetivo de promover a independência e a autonomia de todas as pessoas com deficiência visual (cegos ou com baixa visão) de todas as faixas etárias e de todo o Brasil. No exercício de 2022 realizamos 20.654 mil atendimentos (19.064 em 2021) e 1.342 pessoas foram reabilitadas (1.060 em 2021);

24. Contrapartida de uso de imóvel:

De acordo com o Termo de Convênio nº 302/2008 com a Secretaria Municipal de Educação de São Paulo, a Fundação Dorina Nowill para Cegos ofereceu como contrapartida à permissão de uso do imóvel situado à Rua Dr. Diogo de Faria, 558 – Vila Clementino – SP. Em 2022 a Fundação Dorina confeccionou 3.200 cartões de visita em braille, assim como realizou um áudio descrição na Cerimônia “Selo de Direitos Humanos e Diversidade”. Em 2021 não houve solicitação da prefeitura de contrapartida.

25. Desdobramento de itens da demonstração do resultado do período:

a. Pessoal, encargos e benefícios:

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Salários	4.227.299	5.593.849
Férias	624.836	580.632
Décimo terceiro	427.034	401.925
FGTS	405.065	705.071
Refeição	740.344	624.807
Assistencia médica	666.630	683.428
Outros	197.283	103.360
	<u>7.288.491</u>	<u>8.693.072</u>

b. Despesas administrativas:

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Assessoria e serviços	1.372.495	1.129.591
Sistemas	434.913	1.076.438
Promoções e eventos	393.665	245.088
Segurança e limpeza	249.205	114.184
Comunicação e divulgação	244.071	331.077
Conservação e reparos	388.067	9.156
Correio	-	89
Despesas com transportes	10.383	3.697
Água, gás e luz	2.615	1.587
Telefone	326	19.855
Impostos e Taxas	15.931	20.193
Despesas com projetos	71.321	-
Outras despesas	49.025	11.030
	<u>3.232.017</u>	<u>2.961.985</u>

26. Resultado Financeiro:

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Rendimentos de aplicação financeira	9.895.628	1.159.547
Dividendos recebidos sobre ações	820.702	-
Ganho/perda sobre ações financeiras(Nota 10)	(4.269.893)	-
Variação monetária	-	(2.998)
Despesas bancárias	(262.622)	(211.770)
Juros Passivos	252	(438)
Outras despesas financeiras	(9.670)	(3.219)
	<u>6.174.397</u>	<u>941.122</u>

27. Imunidade tributária:

A Fundação Dorina Nowill para Cegos é imune à incidência de impostos por força do art. 150, Inciso VI, alínea "C" e seu parágrafo 4º e artigo 195, parágrafo 7º da Constituição Federal de 5 de outubro de 1988. Esses valores foram registrados em contas patrimoniais específicas e reconhecidas como receita e despesa nos períodos apropriados.

27.1. Característica da Imunidade:

A Fundação Dorina Nowill para Cegos é uma instituição social sem fins lucrativos e econômicos, previsto no artigo 9º. do CTN, e, por isso imune, no qual usufrui das seguintes características:

- A Instituição é regida pela Constituição Federal;
- A imunidade não pode ser revogada, nem mesmo por emenda constitucional;
- Não há o fato gerador (nascimento da obrigação tributária);
- Não há o direito (Governo) de instituir, nem cobrar tributo.

28. Seguros contratados:

Para atender medidas preventivas adotadas permanentemente, a Fundação Dorina Nowill para Cegos, efetua contratação de seguros em valor considerado suficiente para cobertura de eventuais sinistros.

- Seguro Predial Apólice 966001569 Bradesco com vencimento 14/01/2023;

- Seguro Responsabilidade Administradores D&O Apólice 100000051268 com vencimento em 16/05/2023;

- Seguro Armazém Lego HDI Seguros Apólice 01108423000287 com vencimento em 12/04/2023.

Não está incluído no escopo dos trabalhos de nossos auditores emitir conclusão sobre a suficiência da cobertura de seguros, cuja adequação foi avaliada e determinada pela Administração da Entidade.

29. Instrumentos financeiros:

Risco de crédito

É o risco de a Entidade incorrer em perdas decorrentes de um cliente ou de uma contraparte em um instrumento financeiro em cumprir com suas obrigações contratuais. A exposição máxima do risco do crédito na data das Demonstrações contábeis foi demonstrada na nota 6. A Entidade estabelece uma provisão para perda com recuperação que representa sua estimativa de perdas a incorrer com créditos a receber e outros recebíveis.

Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco em que a Entidade irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista. A abordagem da Entidade na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Entidade.

Risco de mercado

Refere-se ao risco de alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de juros. O objetivo do gerenciamento deste risco é controlar as exposições dentro de parâmetros aceitáveis e, ao mesmo tempo, otimizar o retorno. A Entidade não contabiliza nenhum ativo ou passivo financeiro de taxa de juros fixa pelo valor justo por meio do resultado. Portanto, uma alteração nas taxas de juros na data do relatório não afetaria o resultado.

São Paulo, 31 de dezembro de 2022.

Alexandre Munck
Superintendente
CPF - 178. 235.238-41



Rogério Gerlah Paganatto
Contador
CRC 1SP 131987/O-3

